

Interpretação e decodificação argumentativas¹

Argumentative interpretation and decoding

Marion Carel

Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais – EHESS – Paris – França



Resumo: A leitura não é somente uma tarefa de decodificação, isso é uma banalidade: é preciso, além disso, perceber os subentendidos comunicados pelos enunciados para além do que eles dizem; é preciso, ainda, compreender as alusões intertextuais, as intenções do autor; é preciso, ainda, observar o estilo do texto, sua complexidade gramatical, suas aliterações – eu esqueço disso. O que eu gostaria de mostrar aqui é que, mesmo se limitando à questão do sentido imediato dos enunciados, a compreensão de um texto não é apenas uma tarefa de decodificação. A língua nos obriga a interpretar, e isso a partir do nível do que diz o enunciado. O texto não é, assim, nem simplesmente para ser compreendido a partir da significação das suas palavras plenas, nem para ser completado, como os textos com lacunas da escola, que permitem verificar que o interlocutor compartilha o mesmo saber que o locutor. O locutor não impõe totalmente o sentido do conjunto das suas palavras, e o leitor deve inventar uma parte desse sentido.

Palavras-chave: Leitura. Argumentação. Interpretação. Decodificação.

Abstract: Reading is not only a matter of decoding, this is a commonplace: it is also necessary to realize the implicit information communicated by the statements beyond what is written; furthermore, it requires understanding the intertextual references, the author's intentions; and moreover, the style of the text must be observed, its grammatical complexity, its alliterations - I forget that. What is intended to be shown is that, even if limited to the immediate meaning of statements, text comprehension is more than a decoding task. The language forces an interpretation from the level of what is said in the statement. Therefore, the text is not supposed to be comprehended simply through the meaning of its full words, neither to be completed, such as in gap-fill tasks at school, which enables to verify that the interlocutor shares the same knowledge as the writer. The writer does not completely impose the meaning of the words set, and the reader should create part of this meaning.

Keywords: Reading. Argumentation. Interpretation. Decoding.

¹ Tradução de Cristiane Dall'Cortivo Lebler; revisão de Leci Borges Barbisan e Lauro Gomes. A versão em francês encontra-se publicada neste número.

A leitura não é somente uma tarefa de decodificação, isso é uma banalidade: é preciso, além disso, perceber os subentendidos comunicados pelos enunciados para além do que eles dizem; é preciso, ainda, compreender as alusões intertextuais, as intenções do autor; é preciso, ainda, observar o estilo do texto, sua complexidade gramatical, suas aliterações – eu esqueço disso. O que eu gostaria de mostrar aqui é que, mesmo se limitando à questão do sentido imediato dos enunciados, a compreensão de um texto não é apenas uma tarefa de decodificação. A língua nos obriga a interpretar, e isso a partir do nível do que diz o enunciado. O texto não é, assim, nem simplesmente para ser compreendido a partir da significação das suas palavras plenas, nem para ser completado, como os textos com lacunas da escola, que permitem verificar que o interlocutor compartilha o mesmo saber que o locutor. O locutor não impõe totalmente o sentido do conjunto das suas palavras, e o leitor deve inventar uma parte desse sentido. Isso se produz na poesia (« Marche », *Poèmes. 1911-1918*, G. Chennevière):

Qu'il fait gris ! Qu'il fait froid! Está nublado! Faz frio!
Une monotone pluie Uma chuva monótona
A cousu le ciel aux toits. Costurou o céu aos telhados.
Je pense aux pieds nus Penso nos pés descalços de
d'un enfant qui dort. uma criança adormecida.
 (tradução nossa)

O que significa, na verdade, que o céu está costurado aos telhados? Que não há perspectiva, que a vista é interrompida subitamente, ou, em vez disso, que a natureza está danificada, prejudicada, destruída? Encontramos a mesma liberdade interpretativa na publicidade:

Todos esses pequenos acessórios com um design muito reconhecido e com uma cor amarelo brilhante dão energia ao seu cotidiano e ao seu interior.

Como é que o amarelo brilhante confere energia ao meu cotidiano – ou ao meu interior? Por que ele é brilhante? Por que ele é de uma cor inesperada? E qual é o papel do design reconhecido? Mesma interrogação ainda, e até mesma liberdade

interpretativa, nessa passagem do muito racional jornal francês *Le Monde* – o artigo trata de uma entrevista coletiva dada na véspera pelo Presidente da República Francesa:

O presidente quer reatar com os corpos intermediários, que se sentiram negligenciados no início de seu mandato de cinco anos.

O presidente reagiria ao “sentimento” dos sindicatos, ao modo de um amante, como no século XIX, frente a uma amante que ele abandona? Ou devemos compreender que ele responde a uma cólera? Uma ameaça? Aqui, mais uma vez, o leitor deve inventar.

Após uma primeira parte, em que apresento o fenômeno da decodificação no interior da perspectiva argumentativa que é a minha, apresentarei, em resposta, o fenômeno da interpretação que acabo de evocar. Parecerá que a interpretação, por livre que ela seja, ainda é guiada pela língua: existem vários caminhos, mas no interior de um mapa totalmente definido. Terminarei o artigo pelo estudo de exemplos ligados não mais ao sentido dos enunciados, mas à significação linguística das próprias palavras. Retornarei, assim, mais uma vez, ao *mas*, de modo a mostrar que a interpretação é um procedimento semântico que determina o que é dito e não o que é subentendido. A interpretação, como a argumentação, está na língua.

1. A decodificação argumentativa

A Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL, 217), ao mesmo tempo quadro e objeto das minhas pesquisas, tem por slogan que todo enunciado é parafraseável por encadeamentos argumentativos, quer se trate de encadeamentos que comportam uma conjunção do tipo de *portanto* (fr. *donc*), quer se trate de encadeamentos que comportam uma conjunção do tipo de *no entanto* (fr. *pourtant*). Assim, o enunciado (1) é parafraseável por (2):

- (1) *o gato via o rato se aproximar.*
- (2) *o gato olhava o rato e portanto sabia que ele se aproximava*

e o enunciado (3) – eu retomo seu estudo de Saenz Suares (2019) –, pelo encadeamento argumentativo (4)

(3) *o espetáculo que fomos ver era ruim.*

(4) nós olhamos ações se desenvolverem e, no entanto, não ficamos emocionados.

Do enunciado para o encadeamento, há decodificação argumentativa.

Para desenvolver isso, concordamos, inicialmente, em distinguir, no interior de um encadeamento argumentativo, termos “fundadores” e termos que não o são. Os termos fundadores de (2) são *olhar* e *saber*. São esses verbos que *portanto* relaciona argumentativamente e, porque eles são novamente relacionados por *se* no interior de (5), esse último encadeamento parece semelhante a (2):

(5) *se a cachorra observar o gato, ela saberá que ele se afasta.*

Ambos compartilham uma mesma estrutura, são construídos sobre o mesmo esquema: eu o anotarei OLHAR DC SABER e eu o qualificarei como esquema “fundador” de (2) e de (5) (o DC lembra que os encadeamentos (2) e (5), que conferem realidade a esse esquema, comportam eles mesmos uma conjunção do tipo de *portanto* (fr. *donc*), seja a própria conjunção *portanto*, seja a conjunção *se*). De modo paralelo, o encadeamento (4) tem por termos fundadores *olhar* e *não se emocionar*; ele concretiza um esquema que anotarei OLHAR PT NEG SE EMOCIONAR, e que constitui, igualmente, o esqueleto de (6)

(6) *até mesmo se ele olhar o que se passa ao seu redor, ele não se emocionará*

- o símbolo PT no nome do esquema lembra que os encadeamentos que o concretizam comportam uma conjunção do tipo de *no entanto* (fr. *pourtant*), quer se trate de *no entanto* ou de *até mesmo se*.

Retornemos, então, à decodificação de (1) e de (3). Como (2) é evocado? Elaborarei a hipótese de que a significação do verbo *ver* contém o esquema OLHAR DC SABER: *ver* é uma maneira de *olhar* que leva a um *saber*. Seu emprego em *o gato via o rato se aproximar* assinala, então, que a paráfrase argumentativa desse enunciado tem por estrutura OLHAR DC SABER, os empregos de *o gato* e de *o rato se*

aproximar dão vida a essa estrutura, determinando os termos não fundadores da paráfrase argumentativa. Eu direi que o emprego do verbo *ver* é “constitutivo”. Ele exprime sua significação, a impõe como estrutura da paráfrase e determina os termos fundadores da paráfrase argumentativa.

A decodificação argumentativa de (3), bem como o papel de seu termo constitutivo, são um pouco diferentes. Desta vez, é o nome *espetáculo*, presente no sujeito gramatical de (3), que é constitutivo. Ele significa o esquema OLHAR AÇÕES DC SE EMOCIONAR (um espetáculo é olhado e isso lhe permite produzir sentimentos naquele que o olha); depois, esse esquema é transformado em OLHAR AÇÕES PT NEG SE EMOCIONAR pelo adjetivo atributivo *ruim*: um espetáculo ruim não é absolutamente um espetáculo, algumas das características do espetáculo são transformadas, um espetáculo ruim não é emocionante. É esse esquema transformado que constitui a estrutura do encadeamento evocado por (3). A oração relativa *que nós fomos olhar* determina o termo não fundador *nós* e o tempo gramatical. Assim, é evocado (4) *nós fomos olhar ações se desenvolverem e, no entanto, não ficamos emocionados*.

Um termo constitutivo não fornece necessariamente a estrutura da paráfrase. Ele significa um primeiro esquema, que pode, em seguida, ser transformado por um “operador” – aí está o papel do emprego de *ruim* em (3). É apenas o esquema transformado que fornece a estrutura da paráfrase argumentativa.

Um terceiro caso é o da decodificação argumentativa de (7). Nós veremos, desta vez, que o termo constitutivo não determina necessariamente os termos fundadores do encadeamento evocado, mas se contenta em prefigurar o sentido:

(7) *Pedro teve a prudência de voltar antes da chuva*

(7) comunica efetivamente que Pedro voltou por causa da chegada da chuva, razão que desaparece se substituímos *prudência* por *sorte*: o locutor de *Pedro teve a sorte de voltar antes da chuva* comunicaria que Pedro simplesmente realizou a ação de voltar; aconteceria que seria antes da chuva. Darei

conta do papel de *prudência* em (7) dizendo que seu emprego é constitutivo. Ele exprime a significação do enunciado, a saber, o esquema PERIGO DC PRECAUÇÃO (ser prudente é tomar precaução por causa do perigo), e esse esquema é o esqueleto do encadeamento que parafraseará (7) – (7) não comporta operador.

Entretanto, uma diferença aparece em relação a (1). Porque o enunciado (7) comporta igualmente os termos *antes da chuva* e *voltar*, que especificam, respectivamente, o perigo em questão e a precaução tomada por Pedro. (7) evoca, assim, não simplesmente (8) – no qual as circunstâncias da prudência de Pedro desapareceriam, mas (9):

(8) *Pedro encontrou um perigo e portanto ele tomou precaução.*

(9) *la chover e, portanto, Pedro retornou.*

Compreende-se a diferença em relação a (1). Enquanto que, em (1), o termo constitutivo *ver* impõe os termos fundadores da paráfrase argumentativa, por outro lado, em (7), o termo constitutivo se contenta em dar o sentido dos termos fundadores: o termo *prudência* faz ver a chuva como um perigo, e o fato de voltar, como uma precaução.

Essa possibilidade me leva a um esclarecimento. Eu disse que, segundo a Teoria dos Blocos Semânticos, todo enunciado é parafraseável por encadeamentos argumentativos. É um sentido forte que dou a “parafraseável”. O que defendo é que os encadeamentos argumentativos evocados pelo enunciado estudado representam *completamente* seu sentido. Ora, o único dado de um encadeamento, sem precisão do esquema concretizado, pode constituir uma perda de sentido. Assim, (10) e (11) evocam, ambos, (12), sem ser, por isso, semanticamente equivalentes:

(10) *Pedro corajosamente tomou a palavra diante de todos*

(11) *Pedro audaciosamente tomou a palavra diante de todos*

(12) *todos estavam reunidos, no entanto Pedro tomou a palavra.*

Nos dois casos, a leitura se efetua por decodificação argumentativa. O advérbio é constitutivo, contrariamente ao que seu estatuto gramatical de

complemento circunstancial poderia levar a pensar. O advérbio é constitutivo, mas sem determinar os termos fundadores da paráfrase: são os termos *diante de todos* e *tomar a palavra*, os quais encontramos tanto em (10) quanto em (11), que têm essa função. (10) e (11) evocam, ambos, (12). Contudo, (10) e (11) não são semanticamente equivalentes. O advérbio *corajosamente* significa NEG VONTADE PT FAZ e *diante de todos* descreve em (10) uma situação na qual, segundo o locutor, Pedro não tinha vontade de falar. Por outro lado, *audaciosamente* significa RISCO PT FAZ, e *diante de todos* descreve em (11) uma situação na qual, segundo o locutor, é arriscado falar. Para dar conta dessa diferença entre (10) e (11), eu precisarei que (10) evoca (12) compreendido como concretizando NEG VONTADE PT FAZ, enquanto que (11) evoca (12) compreendido como concretizando RISCO PT FAZ.

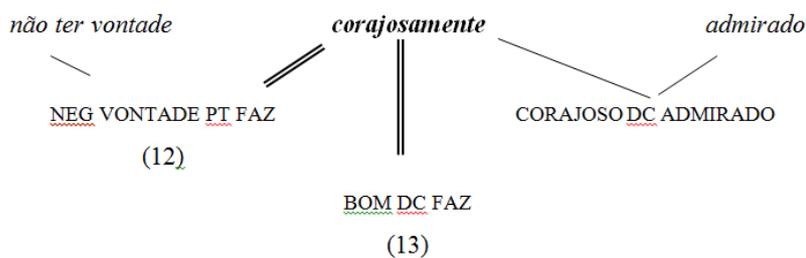
Dito de outro modo, o slogan da Teoria dos Blocos Semânticos deve ser um pouco complicado. Não se trata somente de dizer que todo enunciado é parafraseável por encadeamentos argumentativos, mas que todo enunciado é parafraseável por encadeamentos argumentativos *ligados aos esquemas que eles concretizam*. Encontrar o sentido de um enunciado é ser capaz, por sua vez, de parafraseá-lo por um encadeamento argumentativo e de ligar esse encadeamento ao esquema que ele concretiza. Nesse quadro, um termo constitutivo é um termo cuja significação exprime o aspecto que será concretizado – eventualmente após transformação por um operador. No caso dos enunciados (1) e (3), os termos constitutivos também fornecem os termos fundadores dos encadeamentos evocados. Mas esse não é sempre o caso, como o mostram os enunciados (7), (10) e (11), cujos termos constitutivos têm como único papel dar o sentido dos termos fundadores dos encadeamentos evocados. Decodificar argumentativamente um enunciado é determinar o termo constitutivo e dar à significação deste último o papel de enquadrar a paráfrase argumentativa.

Uma última observação, relativa ao número de encadeamentos evocados por um mesmo enunciado. Até aqui, fiz corresponder, a cada enunciado, apenas um encadeamento. É redutor. Os termos comportam,

na verdade, vários esquemas em sua significação e seu emprego constitutivo dá lugar à evocação de vários encadeamentos. Assim, *corajosamente* significa NEG VONTADE PT FAZ, mas, igualmente, BOM DC FAZ, de modo que (10) evoca não apenas (12), mas também (13):

(13) *Era bom tomar a palavra, portanto Pedro o fez*, compreendido como concretizando BOM DC FAZ

Pode-se representar isso pelo esquema a seguir:



Trata-se, aqui, de uma região do Mapa Argumentativo do Léxico em que as palavras são ligadas por meio de esquemas argumentativos que significam ou prefiguram. A barra dupla indica que a palavra significa, em seu sentido estrito, o esquema: os esquemas NEG VONTADE PT FAZ e BOM DC FAZ pertencem à significação de *corajosamente* (assim como àquela de *coragem* ou de *corajosa*, as quais não distingo). As barras simples indicam que a palavra “prefigura” somente o esquema. De fato, não se é necessariamente admirado porque se é corajoso, pode-se igualmente ser desprezado ainda que se seja corajoso. Dito de outro modo, certos empregos de *corajosamente* exprimem o esquema CORAJOSO DC ADMIRADO; enquanto que outros exprimem CORAJOSO PT NEG ADMIRADO. É essa alternativa que está presente na significação de *corajosamente*, e não cada um dos dois esquemas. É por essa razão que digo que *corajosamente* “prefigura” – prefigura e não significa – CORAJOSO DC ADMIRADO; da mesma forma, *admirado* “prefigura” CORAJOSO DC ADMIRADO, e *não ter vontade* “prefigura” NEG VONTADE PT FAZ. A leitura de (10) se efetua por uma decodificação argumentativa à medida que o locutor percorre o Mapa Argumentativo do Léxico, indo do termo constitutivo *corajosamente* em direção

aos esquemas significados e prefigurados. (10) evoca, dessa forma, (12) e (13), bem como *Pedro foi corajoso, portanto ele foi admirado* ou *Pedro foi corajoso, no entanto ele não foi admirado*. O termo constitutivo apresenta como um todo essas diversas facetas de seu sentido.

Em conclusão, a decodificação argumentativa supõe, portanto, que o enunciado comporta um termo constitutivo (*ver, espetáculo, prudência, corajosamente, audaciosamente* em nossos exemplos). Esse termo exprime sua significação argumentativa, e os esquemas comunicados – após eventual transformação - fornecem o sentido dos encadeamentos evocados. O enunciado evoca, assim, uma pluralidade de encadeamentos reagrupados, de alguma forma, em um mesmo arranjo, em um mesmo “complexo argumentativo”. O termo constitutivo tem essa dupla função de exprimir os esquemas dos encadeamentos evocados e de reagrupar sua pluralidade no interior de um único complexo argumentativo. Pesquisas precisam ser feitas no quadro da Teoria dos Blocos Semânticos para descobrir as regras de determinação do termo constitutivo. Citamos, nessa direção, os trabalhos precursores de Lescano (2005 e 2008).

Mas o que acontece quando o enunciado não comporta um termo constitutivo?

2. A interpretação

Como podemos encontrar o sentido de *o fato de ser olhada fez corar Mme. Hermet?* Sem dúvida, esse enunciado evoca o encadeamento *Mme Hermet era olhada e portanto ela corou*, mas qual esquema esse encadeamento concretiza? Deve-se compreender que Mme Hermet manifesta prazer, descontentamento ou simplesmente uma emoção? Com quais outros encadeamentos deve ser reagrupado, em qual complexo argumentativo é preciso colocá-lo? Deve-se compreender que Mme Hermet guardará uma boa lembrança do acontecimento? Uma má lembrança?

Qual esquema ligar a ele? Como interpretá-lo argumentativamente? Poder-se-á pensar em esquemas como CHUVA DC NEG PERSPECTIVA OU MAU TEMPO DC DESTRUIÇÃO, os quais vamos preferir em relação ao esquema CHUVA DC COSTURADO, fundador, entretanto, de (17). Elaborarei a hipótese de que a razão dessa preferência é que o esquema fundador não está prefigurado na significação de *chuva*, enquanto que os dois outros estão. Nos termos da Teoria dos Blocos Semânticos, o esquema fundador de (17) não é “doxal”, enquanto os outros dois o são. Nós preferimos as interpretações doxais.

Poderíamos nos entristecer com esse conformismo, mas prestaremos atenção à definição que a teoria dá a respeito da doxalidade: não se trata de uma fidelidade às crenças da sociedade, mas de uma fidelidade à significação das palavras (CAREL, 2017). Preferir os esquemas CHUVA DC NEG PERSPECTIVA e MAU TEMPO DC DESTRUIÇÃO não é jamais preferir esquemas que, inscritos ou prefigurados na significação do léxico (aqui *chuva* e *mau tempo*), podem ser ditos e colocados em relação com outros esquemas que eles generalizam, especificam, reforçam, ou ainda aos quais eles se opõem: não é nunca senão preferir esquemas que se pode discutir, desenvolver, objetar, em outros termos, esquemas que se compreende. A interpretação argumentativa é guiada pelas Ideias que se compreende, pelas Ideias que as palavras isoladas manifestam, as Ideias do sistema da língua, e não as Ideias construídas pelo conjunto de palavras. Nós interpretamos argumentativamente por meio de esquemas presentes no Mapa Argumentativo do Léxico. Compreender é recorrer a esquemas doxais.

Eu insisto nesse laço entre doxalidade e compreensão, pois nada obriga a ler um texto de maneira a compreendê-lo, de maneira a poder falar sobre ele. Os versos de Chennevière podem ser lidos como concretizando o aspecto CHUVA DC COSTURADO, e afinal, alguns poemas quase não dão indício para uma interpretação argumentativa doxal. O que eu defendo é que tais poemas, associados a esquemas não doxais, não são compreensíveis. Compreender é apreender esquemas doxais. Tomemos, assim, o

início deste poema de Jean Sénac (« Vieillesse », *Les désordres*):

*Je vous ai tant aimés ô lumière ô printemps
la mort du temps
pour un baiser
l'été
dans les yeux du mourant*

*Maintenant le désir dynamite les carpes
les eaux troubles ferment le front*

*Eu vos amei tanto, oh! luz oh! primavera
a morte do tempo
por um beijo
o verão
nos olhos do moribundo*

*Agora o desejo dinamita as carpas
as águas turbulentas fecham a porta
(tradução nossa)*

Para determinar o sentido do penúltimo verso, pode-se tomar como modelo o segundo segmento de (18), que evoca (19):

(18) *eles não encontravam mais nada para se dizer. O casamento dinamita o amor*
(19) *eles eram casados e, de repente, não se amavam mais*

compreendido, por exemplo, como concretizando ABORRECER-SE DC NEG SE AMAR. De modo paralelo, se associará, então, o penúltimo verso de Sénac ao encadeamento argumentativo (20):

(20) *há desejo, portanto não há mais carpas*

Nessa leitura (há, evidentemente, outras), o verbo *dinamitar* é um simples elo argumentativo entre desejo e *carpas* e, inversamente, o nome *carpas* se vê dar importância ao modo da palavra *amor* em (18). Mas qual esquema doxal ligar a (20)? Eu não vejo nenhum e somente uma interpretação pelo esquema fundador DESEJO DC NEG CARPAS se impõe a mim, de modo que o penúltimo verso de Sénac permanece, para mim, incompreensível. Posso aceitá-lo, apreciando o poema, como podemos ter prazer ao olhar uma pintura abstrata, algumas manchas sobre um fundo uniforme. Mas eu não o compreendo.

Quando um locutor constrói um encadeamento, o leitor, obrigado a interpretar argumentativamente, só tem duas possibilidades: ou escolher ligar a ele um aspecto doxal ou aceitar não o compreender.

Notemos, ainda, que essa restrição à doxalidade não conduz a uma e apenas a uma interpretação argumentativa. O leitor permanece parcialmente livre. O leitor de Chennevière pode escolher tanto o esquema CHUVA DC NEG PERSPECTIVA quanto o esquema MAU TEMPO DC DESTRUIÇÃO. O mesmo acontece na leitura da passagem já citada do jornal francês *Le Monde*:

(21) *O presidente quer reatar com os corpos intermediários, que se sentiram negligenciados no início de seu mandato de cinco anos.*

(21) evoca (22):

(22) *os corpos intermediários se sentiram negligenciados por ele, portanto o presidente quer reatar com eles*

que se pode compreender como concretizando o esquema TER NEGLIGENCIADO DC DEVER FAZER ESFORÇOS ou o esquema ESTAR EM PERIGO DC TOMAR PRECAUÇÃO: no primeiro caso, o presidente seria descrito como desejando manter elos; no segundo, ele é descrito como obrigado a manter esses elos. As duas interpretações argumentativas são possíveis, sendo ambos os esquemas doxais. O leitor permanece livre.

Assim, a primeira restrição que guia a interpretação argumentativa é mobilizar esquemas doxais, ou seja, esquemas que se encontram no Mapa Argumentativo do Léxico. Nós veremos, agora, a segunda restrição, segundo a qual, para determinar o complexo argumentativo no qual se situa o encadeamento evocado, é preciso utilizar esse Mapa. A decodificação argumentativa, como vimos estudando o período argumentativo (14), o percurso indo do termo constitutivo em direção aos esquemas que ele prefigura ou significa. Nós veremos que a interpretação argumentativa também percorre o mesmo Mapa, mas em sentido inverso, ou seja, desta vez, dos esquemas argumentativos em direção às

palavras. Para mostrar isso, me apoiarei sobre um exemplo, que tenho tomado seguidamente, o primeiro parágrafo de *Claude Gueux*, de Hugo:

(23) *Há sete ou oito anos, um homem chamado Claude Gueux, pobre operário, vivia em Paris. Morava com ele uma jovem que era sua amante, e uma criança dessa jovem. Eu digo as coisas como elas são, deixando o leitor colher as moralidades, à medida que os fatos as semeiam em seu caminho. O operário era capaz, hábil, inteligente, muito maltratado pela educação, muito bem tratado pela natureza, não sabendo ler, mas sabendo pensar. Em um inverno, contudo, o trabalho faltou. Nada de fogo nem de pão no sótão. O homem, a moça e a criança passaram frio e fome. O homem roubou. Eu não sei o que ele roubou, eu não sei onde ele roubou. O que eu sei é que desse roubo resultaram três dias de pão e de fogo para a mulher e para a criança, e cinco anos de prisão para o homem.* (tradução nossa)

Compreender esse parágrafo é compreender que, segundo o locutor, a sociedade deve ser transformada. Para o retóricos especialistas em persuasão, tratar-se-ia, aqui, de um efeito pragmático. O leitor reconheceria um texto francês do século XIX e, mais exatamente ainda, um texto de Hugo, e veria, então, nessa narrativa, uma crítica social: daí concluiria que, segundo o autor, a sociedade deve ser melhorada. A língua seria pragmaticamente utilizada para persuadir que é necessário mudar a Lei e a Justiça. A narrativa seria persuasiva.

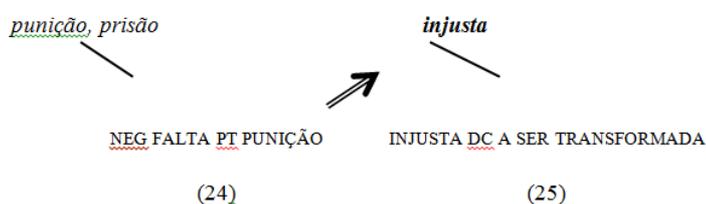
Uma dificuldade, entretanto, apresenta-se; é que esse texto data de 1834, bastante distante dos *Miseráveis*, de 1862. Ora, Hugo é um homem de seu século; ele evolui politicamente ao ritmo de seu século. Em 1844, ele é confidente do rei Luis-Filippe; em junho de 1848, ele participa da repressão aos motins dos trabalhadores, dirigindo as tropas frente às barricadas; em dezembro, ele defendeu a candidatura à presidência de Luiz Napoleão Bonaparte. Em suma, o Hugo de 1834 não é um escritor naturalista como Zola. Abandonarei, portanto, a solução pragmática e defenderei que não é o autor Hugo, mas o narrador de *Claude Gueux* que comunica *a sociedade deve ser modificada*. Esse conteúdo implícito é semanticamente comunicado, e não pragmaticamente. Ele é o resultado de uma interpretação argumentativa do último enunciado do parágrafo.

Para mostrar isso, eu observarei, inicialmente, que esse enunciado evoca o encadeamento argumentativo (24):

(24) *seu roubo forneceu três dias de pão e de fogo para a mulher e para a criança e, no entanto, esse roubo custou cinco anos de prisão para o homem*

e isso sem que intervenha nenhum termo constitutivo. É a oposição entre *três dias* e *cinco anos* que dá a instrução para relacionar as duas proposições gramaticais com *no entanto*. Em contrapartida, nenhum termo constitutivo está presente e o leitor deve argumentativamente interpretar (24). Associaremos a ele o esquema NEG FALTA PT PUNIÇÃO, em cujo nome o símbolo NEG assinala a presença de uma negação argumentativa, por exemplo *não* (fr. *ne...pas*), mas também *pouco* (fr. *peu*): aqui, o roubo é descrito como *pequeno*, Claude Gueux roubou *pouco*.

Mas a interpretação argumentativa não acaba aqui, no sentido técnico que busco dar a essa noção. Determinar o sentido de uma passagem consiste, não apenas em ligar encadeamentos argumentativos e esquemas, mas, igualmente, em inserir os encadeamentos argumentativos no interior de complexos argumentativos. Minha hipótese é que a interpretação argumentativa, como a decodificação argumentativa, recorre, então, ao Mapa Argumentativo do Léxico, mas percorrendo-o, desta vez, do esquema em direção à palavra:



O leitor de (23) compreende que (24) é evocado, que ele liga, conforme a primeira regra que vimos, a um esquema doxal: NEG FALTA PT PUNIÇÃO. Depois, a partir do esquema concretizado por (24), ele remete à palavra *injusta*, que é escolhida como termo constitutivo – um termo constitutivo implícito. (24) é, então, associado aos outros encadeamentos evocáveis a partir da palavra *injusta*, particularmente

o encadeamento (25), que concretiza o esquema INJUSTA DC A SER TRANSFORMADA.

(25) *a sociedade foi injusta com Claude Gueux, portanto é preciso transformá-la*

O elemento *a sociedade deve ser transformada* pertence ao sentido linguístico do parágrafo de Hugo. Ele é comunicado pelo locutor, esse ser de discurso a que os enunciados são dados como responsável, e não pelo sujeito falante. A família de encadeamentos na qual a paráfrase de um enunciado se situa pode ser explícita, como no caso do período argumentativo (14), mas ela pode estar em parte implícita, como aqui. Dar um sentido a um enunciado é determinar os encadeamentos que ele evoca explicitamente, ligá-los aos esquemas, e reagrupá-los com os encadeamentos argumentativos do mesmo complexo. É determinar o termo constitutivo, quer ele esteja explícito, como no caso das decodificações argumentativas, quer ele esteja implícito, como quando há interpretação argumentativa.

Pode-se reformular isso de outro modo e observar que as palavras de um enunciado podem ser argumentativamente importantes de duas maneiras. Ou elas exprimem sua significação argumentativa, fornecem a estrutura e o sentido dos encadeamentos evocados e os reagrupam em um único complexo: elas são, então, constitutivas e servem à decodificação argumentativa. Mas elas podem igualmente estar relacionadas em encadeamento argumentativo graças à sintaxe ou às conjunções, como aqui, na passagem de *Claude Gueux*, e fazer, então, somente alusão ao esquema que elas concretizam e ao termo cuja significação elas desenvolvem. O Mapa Argumentativo do Léxico é, nesse caso, percorrido em sentido inverso, o termo constitutivo está implícito, e há interpretação argumentativa.

Esse duplo papel dos termos, organizadores ou organizados, essa dupla leitura, argumentativamente decodificadora ou argumentativamente interpretativa, essa alternativa resulta do fato, fundamental para o estruturalismo, de que as palavras remetem às palavras. Uma palavra pode, dessa forma, significar outras palavras – é a decodificação argumentativa –, mas ela pode igualmente ser significada por outras palavras, e

há, então, interpretação argumentativa. A remissão das palavras às palavras pode ser efetuada tanto em um sentido quanto em outro. Tanto quanto a decodificação, a interpretação argumentativa é um fenômeno semântico. Nós vimos isso a partir do exemplo do primeiro parágrafo de *Claude Gueux*: é semanticamente e não pragmaticamente que é evocado a *sociedade foi injusta com Claude Gueux*. Nós veremos isso novamente a respeito de outro caso: o emprego de *mas*.

3. A interpretação na língua : retorno a *mas*

Lembre-mos que Anscombe e Ducrot apoiaram-se sobre sua descrição de *mas* para defender que a argumentação está na língua. Efetivamente, segundo eles, todo emprego de *A mas B* rejeita uma argumentação *A portanto r*, tirada de *A*. Dito de outro modo, a própria significação de *mas* contém a instrução “encontrar o encadeamento *A portanto r* rejeitado pelo locutor” e contém, assim, uma alusão ao fato de que o segmento *A* evoca uma argumentação. O mesmo acontece com *quase*, cuja significação indica que *quase X* serve às mesmas conclusões que *X*, ou de *apenas*, cuja significação indica, inversamente, que *apenas X* argumenta como *não-X*. Todas essas “palavras do discurso” contém, no interior de sua significação, indicações quanto ao potencial argumentativo do enunciado no qual elas aparecem, e a língua, que as contém, possui, portanto, entre seus conceitos, o fato de que um segmento pode levar a uma conclusão. Argumentar não é um ato perlocutório, que se acrescenta a uma informação que, por si só, seria ilocutória. A argumentação está na língua. Eu me proponho aqui a utilizar o mesmo procedimento que Anscombe e Ducrot para mostrar, desta vez, que a interpretação argumentativa está na língua.

Partamos da descrição de Anscombe e Ducrot (1977), segundo a qual o emprego de *A mas B*, este que se traduz em espanhol por *pero* e não por *sino*, rejeita um encadeamento argumentativo *A portanto r*. Lembremo-nos do exemplo de base. Trata-se de (26), utilizado para recusar um passeio:

(26) *faz bom tempo, mas estou cansado*

Segundo Anscombe e Ducrot, *A = faz bom tempo* evoca o encadeamento argumentativo *A portanto r*:

faz bom tempo, portanto o passeio seria agradável

e o locutor de (26) rejeita esse encadeamento por meio de *B = estou cansado*. Eu me proponho a mostrar que isso nem sempre acontece dessa forma. O elemento evocado por *A* e rejeitado por *B* não tem sempre a forma *A portanto r*. Trata-se, por vezes, de um encadeamento argumentativo cujo primeiro segmento não é idêntico a *A*.

O exemplo é o seguinte. Imaginemos uma professora, descontente com o funcionamento da escola da cidadezinha onde ela trabalha. Ela tem a impressão de que seus colegas são menos sérios do que ela, de que seu próprio valor não é reconhecido. Ela se queixa particularmente de um de seus colegas, o senhor Laval, que nunca é repreendido pelo diretor:

(27) *o trabalho do filho, Martin, não foi penalizado apesar dos erros de ortografia (A), mas o diretor, é claro, não repreendeu o Senhor Laval (B)*

Qual é o elemento evocado por *A* que *B* rejeita aqui? Apoiando-se nas análises de Anscombe e Ducrot, poder-se-ia pensar, inicialmente, que o encadeamento (28) é rejeitado, que tem a forma esperada *A portanto r*:

(28) *o trabalho do filho, Martin, não foi penalizado apesar dos erros de ortografia, portanto o diretor repreendeu o senhor Laval.*

Entretanto, poder-se-á notar que não é a ausência de uma nota ruim, por si própria, que é um argumento para a intervenção do diretor; (28) não repousa sobre a ideia de que o diretor deseja más notas e está decepcionado com as boas. A ausência de más notas manifesta a falta de rigor do senhor Laval, que é um argumento para a intervenção do diretor. Dito de outro modo, não é (28) que é rejeitado, mas (29):

(29) *Senhor Laval foi tolerante com o filho, Martin, portanto o diretor o repreendeu*

Ora, (29) não comporta *A* como segmento. Como dar conta disso? Como ampliar a descrição de Anscombe e Ducrot para que ela englobe nosso exemplo (27)?

Para responder a esse problema, ligarei a *A* mas *B* não a instrução restrita “encontrar o encadeamento *A* portanto *r* rejeitado pelo locutor”, mas a instrução ampliada “encontrar o encadeamento *comunicado* por *A* e rejeitado pelo locutor”, e direi que um encadeamento é “comunicado” quando é evocado por decodificação ou por interpretação argumentativa. No caso de (26) *faz bom tempo, mas estou cansado*, o encadeamento rejeitado *faz bom tempo portanto o passeio seria agradável* resulta de uma decodificação de *A*: o termo constitutivo é *faz bom tempo*, sua significação prefigura BOM TEMPO DC ATIVIDADE EXTERIOR AGRADÁVEL e *A* comunica *faz bom tempo portanto o passeio seria agradável*, encadeamento rejeitado por *estou cansado*. No caso de (27), o encadeamento rejeitado é (29):

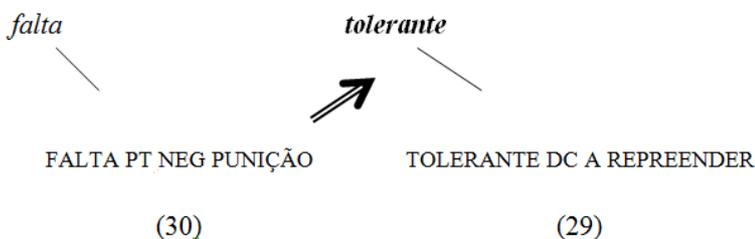
(27) *o trabalho do filho, Martin, não foi penalizado apesar dos erros de ortografia, mas o diretor, é claro, não repreendeu o senhor Laval*

(29) *O senhor Laval foi tolerante com o filho, Martin, portanto o diretor o repreendeu*

Ele resulta, dessa vez, de uma interpretação de *A*. Pelo emprego de *apesar de*, o segmento *A* evoca o encadeamento (30):

(30) *o filho, Martin, cometeu erros ortográficos, no entanto o senhor Laval não o puniu.*

encadeamento que, construído gramaticalmente, aparece, portanto, como devendo ser interpretado. (30) é, então, ligado ao esquema FALTA PT NEG PUNIÇÃO, que é, ele próprio, ligado ao termo implícito *tolerante*:



(30) é colocado no mesmo complexo argumentativo que (29). *A*, que evoca (30) explicitamente, evoca, assim, (29) implicitamente. *A* “comunica” por interpretação argumentativa (29), e (29) é rejeitado por *B*.

A compreensão de (31) seria baseada no mesmo mecanismo:

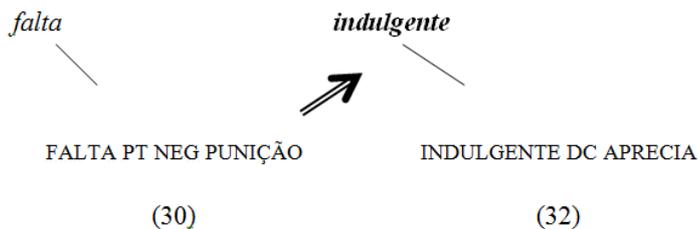
(31) *o trabalho do filho, Martin, não foi penalizado apesar dos erros de ortografia, mas o garoto está, mesmo assim, muito irritado com seu professor*

O primeiro segmento *A* evoca novamente (30):

(30) *o filho, Martin, cometeu erros ortográficos, no entanto o senhor Laval não o puniu*

que é novamente ligado a FALTA PT NEG PUNIÇÃO. Mas, desta vez, o termo constitutivo implícito é *indulgente*, de modo que o encadeamento (32) é implicitamente evocado por *A*:

(32) *o senhor Laval foi indulgente com o filho, Martin, portanto este último não está irritado com ele.*



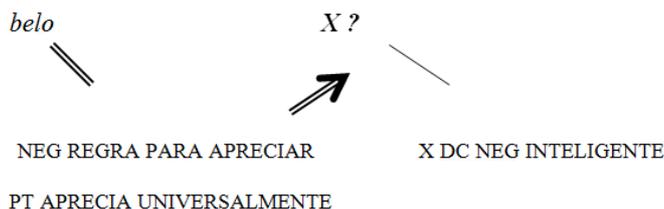
É o encadeamento (32) que é rejeitado por *B*. Novamente, *A* se contenta em “comunicar” o encadeamento evocado. Ele não é o primeiro segmento do encadeamento.

Nós podemos, agora, retornar ao nosso propósito geral: o de mostrar que a interpretação argumentativa está na língua. Fazendo alusão ao que *A* “comunica”, e não simplesmente ao que *A* permite concluir, a significação de *mas* contém indicações sobre o fenômeno da interpretação argumentativa. A língua, que comporta *mas*, contém, portanto, entre seus conceitos, o de interpretação argumentativa. A interpretação não é um fenômeno secundário, que se apoiaria sobre um fenômeno linguístico primeiro de informação. A interpretação argumentativa está na língua, do mesmo modo que a decodificação argumentativa.

Um último exemplo. Fez-se abstração, no que precede, de que o encadeamento comunicado por *A* e rejeitado por *B* poderia não provir da significação das palavras de *A*, mas a ele ser apenas

idiota”. Por qual termo X interpretou o encadeamento (41), inicialmente decodificado graças ao termo *belo*?

(41) *não há regra para apreciar o físico, no entanto seu físico é apreciado universalmente*



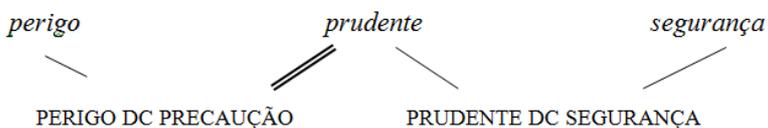
(41)

Esse emprego de *mas* seria ainda diferente. Nota-se, entretanto, o piscar de olhos feminista: (40) é compreendido por alusão intertextual à versão feminina (33). Seu sentido não se calcula a partir da palavra *belo*, mas resulta de uma colocação no masculino do que (33) comunica. Ele é diretamente o masculino gramatical. (33) excluía *ela é loira, portanto ela não é inteligente*; (40) exclui a versão masculina *ele é loiro, portanto ele não é inteligente*, sem passar pela significação de *belo*, e revela isso fazendo a assimetria entre *belo* e *bela*.

Nossa compreensão dos textos se apoia, sistematicamente, no Mapa Argumentativo do Léxico.

Conclusão

A Teoria dos Blocos Semânticos dá um sentido argumentativo à hipótese estruturalista segundo a qual as palavras remetem às palavras. Não se trata mais de dizer que as palavras se definem umas às outras por oposição, mas que elas mantêm relações de paráfrase argumentativa. A palavra *perigo* é, assim, relacionada à palavra *prudente*, pois *Pedro foi prudente* é parafraseada por *havia perigo, portanto Pedro tomou precaução*; e a palavra *prudente* é ligada à palavra *segurança*, pois *Pedro é prudente* pode, igualmente, evocar *Pedro é prudente na estrada, portanto Maria está segura com ele*:



A Teoria dos Blocos Semânticos coloca esse Mapa Argumentativo do Léxico no centro da nossa compreensão textual.

As palavras de um texto podem, de fato, ter dois papéis argumentativos. Elas podem expressar sua significação e guiar, de certo modo, a paráfrase argumentativa, dando-lhe a estrutura dos encadeamentos evocados e reagrupando esses encadeamentos no interior de um mesmo complexo argumentativo. O Mapa é, então, percorrido das palavras em direção aos esquemas argumentativos; há decodificação argumentativa. Mas as palavras podem igualmente estar diretamente relacionadas em encadeamentos graças à sintaxe ou às palavras-ferramenta, como *apesar de, se, portanto*. O Mapa é, então, percorrido em outro sentido. O encadeamento está associado a um esquema do Mapa (um esquema doxal), já que esse esquema está relacionado a uma palavra, colocando o encadeamento no interior de um complexo argumentativo. Há, então, interpretação argumentativa. As semânticas composicionais favorecem a decodificação para favorecer o cálculo: as palavras têm uma significação e essa significação sistematicamente utilizada para calcular a dos grupos de palavras. Eu tentei mostrar que levar em conta o fenômeno da interpretação argumentativa não é abandonar o projeto de um cálculo do sentido. A interpretação, parcialmente livre, é, da mesma forma, guiada pelo Mapa Argumentativo do Léxico.

Nós lemos decodificando e interpretando. O primeiro procedimento demanda somente conhecer a significação das palavras; o segundo demanda, ao contrário, conhecer a totalidade dos esquemas doxais e, com eles, as diversas palavras que os significam. Ele repousa sobre um conhecimento completo da língua, que, se estiver ausente (penso nos aprendentes, crianças ou adultos), retardará, quem sabe impedirá, a leitura. Nossa compreensão depende de nosso conhecimento do Mapa Argumentativo do Léxico.

Referências

- Anscombre J.-Cl. et O. Ducrot (1977) “Deux *mais* en français”, *Lingua*, 43, 23-40.
- Carel, M. (2017) « Significação e argumentação », *Signo*, UNISC, vol 42, n° 73, 2-20.
- Christopulos, G. (2018) « Au delà de l'isotopie », SHS Web of Conferences, vol 46, article n°06004, 6^{ème} Congrès Mondial de Linguistique Française. <https://doi.org/10.1051/shsconf/20184606004>
- Lescano, A. (2005) « Lorsque très ne renforce pas », *Revue Romane*, n°40, vol.1, 101-114.
- Lescano, A. (2008). *Vers une grammaire argumentative de la phrase : le cas de l'article défini et indéfini en français et en espagno*, thèse de doctorat en Sciences du Langage (EHESS).
- Saenz Suarez, C. (2019) « Autour du mot *spectacle*. L'hypothèse de la résonance ». Mémoire de master de l'EHESS (Paris).

COMO CITAR ESSE ARTIGO

CAREL, Marion. Interpretação e decodificação argumentativas *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 44, n. 80, ago. 2019. ISSN 1982-2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/13661>>. Acesso em: _____ . doi: <https://doi.org/10.17058/signo.v44i80.13661>.